

João Gomes Cravinho

Ministro da Defesa Nacional

**Intervenção do Ministro da Defesa Nacional, João Gomes Cravinho, por ocasião da
cerimónia de condecorações**

Ministério da Defesa Nacional, Lisboa, 11 de outubro de 2019

Cumprem-se os ciclos democráticos, e é, portanto, com satisfação e um sentimento de dever cumprido que chegamos agora ao final da legislatura. Trata-se de uma questão de elementar justiça reconhecer que tudo aquilo que correu bem ao longo destes anos, e muito em particular neste último ano em que eu e a Senhora Secretária de Estado assumimos estas responsabilidades políticas, assim correu porque houve outros, militares e civis, que se esforçaram, que se superaram, que deram do seu melhor e que honraram os seus compromissos. É motivado por esse impulso de reconhecimento do trabalho de tantos que quis hoje prestar homenagem simbólica a alguns daqueles que conosco trabalharam de forma mais próxima e em matérias que definimos como prioritárias. Da sua ação resultou um contexto mais favorável ao cumprimento integral das missões que Portugal acomete às suas Forças Armadas.

Não esqueço que tantos outros, milhares de outros, trabalham também, quotidianamente, no anonimato, merecendo igualmente o nosso reconhecimento e a nossa homenagem. Porém, todos compreenderão que neste momento cometeria uma injustiça se não procurasse singularizar alguns daqueles que mais se destacaram.

Neste último ano, entre as nossas prioridades esteve a aprovação da nova Lei de Programação Militar e da Lei de Infraestruturas Militares. Procurámos que estes documentos enquadradores pudessem ser discutidos amplamente em sede de Comissão Parlamentar de Defesa Nacional e que pudessem congregar o mais alargado consenso possível. O resultado é fracamente positivo, por ter beneficiado desse contributo parlamentar, e a

sua aprovação representa hoje uma base muito sólida sobre a qual se estruturará o futuro da Defesa Nacional.

Igualmente, procurámos densificar as relações entre a Defesa e a sociedade portuguesa, de diferentes formas, a diferentes níveis, sempre com a profunda convicção de que este era um passo estruturante na validação democrática das nossas opções, e na recuperação do prestígio que as nossas Forças Armadas merecem. Fosse na valorização da relação com a Assembleia da República e com as autarquias, ou através de uma maior e mais ampla divulgação do serviço militar e do Dia da Defesa Nacional; fosse através da criação de mecanismos que traduzam, por exemplo, a igualdade de género em práticas concretas, ou da resposta pronta das Forças Armadas às missões de apoio ao bem-estar das populações – em todas estas ações, vislumbrámos a oportunidade

de dizer aos portugueses que as suas Forças Armadas estão presentes e oferecem-se como uma parte das soluções de que os portugueses têm necessidade.

Na mesma senda, trabalhámos de forma continuada para melhorar os apoios aos ex-combatentes, incluindo aqueles que são portadores de deficiência, e procurámos trabalhar para dignificar a sua condição. Muito resta a fazer porque a dívida de gratidão que a nossa sociedade lhes deve não tem sido devidamente reconhecida ao longo dos anos. Essa é a uma tarefa maior para os próximos anos.

Internacionalmente, a presença militar portuguesa em missões multinacionais, e a ação determinante no quadro das organizações multilaterais que integramos, serviram para manter

o elevado prestígio de que Portugal usufrui junto dos seus parceiros e para o qual a Defesa Nacional contribui de forma inequívoca.

Assim, ao agradecer hoje este conjunto de personalidades, sublinho o nosso reconhecimento pelos contributos que deram para que pudéssemos avançar em relação a estes objetivos.

Começo por dar nota do meu reconhecimento ao Dr. Marco António Costa, ao Dr. Júlio Miranda Calha, ao Dr. João Soares, ao Dr. João Rebelo e ao Dr. António Filipe, pelo contributo que deram ao longo dos seus mandatos como deputados para a dignificação da Defesa Nacional e para um saudável diálogo interinstitucional. Só assim foi possível fazer aprovar a LPM e a LIM, com amplos

consensos, e estabelecer uma base sólida de confiança que, estou certo, perdurará.

Deixo aqui também uma palavra de grande apreço pela estreita cooperação desenvolvida com a Câmara Municipal de Sintra, na figura do seu presidente, o Dr. Basílio Horta. A presença, no Concelho, dos Regimentos de Comandos e de Artilharia Antiaérea N.º 1, do Exército, e da Base Aérea N.º 1, Academia da Força Aérea e Museu do Ar, além da colaboração na edificação do futuro Centro Multinacional de Helicópteros da Agência Europeia de Defesa, têm exigido diálogo constante. Só assim tem sido possível encontrar soluções benéficas para todos. Estou certo que este continuará a ser o espírito que pautará as relações no futuro.

A participação das Forças Armadas, de forma dedicada e abnegada, em missões de salvaguarda do bem-estar das populações é a razão pela qual distinguimos o trabalho do Major-general Paulo Guerra e da sua equipa, no âmbito do Comando da Gestão Centralizada de Meios no Combate aos Incêndios Rurais, responsabilidade cometida à Força Aérea pela primeira vez este ano. A satisfação das necessidades básicas da população, uma outra responsabilidade identificada pela Constituição, está na base da razão pela qual agradecemos hoje o Contra-almirante Dores Aresta, reconhecendo a sua ação determinante na operação “São Cristóvão”, durante a crise energética do passado mês de agosto.

Também nas missões além-fronteiras se destacou, de forma particularmente visível durante este ano, o trabalho de enorme dedicação e prestígio do Vice-almirante Silvestre Correia, do

Major-general Hermínio Maio e do Comandante Dias Martins, nas suas ações em diferentes palcos internacionais.

Na sua ação como chefe da Missão Militar da NATO e da União Europeia, o Vice-almirante Silvestre Correia soube sempre encontrar as melhores soluções para que os interesses de Portugal fossem salvaguardados, num período de enorme dinamismo nas duas instituições.

O Major-general Hermínio Maio que não pôde estar hoje connosco, merece amplo reconhecimento pela sua ação, nomeadamente enquanto Comandante da Missão de Treino da União Europeia na República Centro-Africana (EUTM-RCA).

Por seu lado, a ação do Comandante Dias Martins, enquanto responsável pela área do Planeamento e Operações do Comando-geral da Polícia Marítima, foi crítica para que, do empenhamento da Autoridade Marítima e da Polícia Marítima em diversas operações, nomeadamente a POSEIDON, TRITON e THEMIS, da Agência FRONTEX, pudesse resultar o resgate de perto de 6000 vidas humanas no Mediterrâneo.

Se estas missões, em território nacional e fora dele, em muito contribuem para dar mais visibilidade às Forças Armadas e ao seu serviço público, igualmente determinante foi a ação da equipa da DGRDN, liderada pelo Coronel Vítor Borlinhas, nos seus esforços de valorização da Profissionalização do Serviço Militar, na divulgação do Dia da Defesa Nacional e em todas as atividades que procuram dar resposta ao enorme desafio dos efetivos das Forças

Armadas; e ainda o trabalho muito meritório e incansável da Major Diana Morais, na promoção do princípio da igualdade na Defesa Nacional e na criação de uma visão nacional sobre questões de género e defesa; ou ainda o trabalho do Professor Doutor Afonso de Albuquerque no tratamento do Stress Pós-Traumático de Guerra, em Portugal, e no seu reconhecimento enquanto doença incapacitante – foram passos determinantes na mudança de mentalidades e na mudança de legislação.

A todos renovo os meus agradecimentos, e os da Senhora Secretária de Estado, pelo profundo sentido de missão que sempre revelaram e pelo vosso contributo para a valorização da Defesa Nacional que é também a valorização do nosso País.

Muito obrigado.